

Estudo Técnico Preliminar**1. Unidade Requisitante**

Órgão:	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico – SEMSAB		
Titular:	Temístocles Maia de Lucena		
Cargo:	Secretário Municipal	E-mail	semsabportalegre@gmail.com
Matrícula:	584-2	Telefone	(84) 3377-2196

2. Descrição da Necessidade

O objeto do presente estudo técnico preliminar é a avaliação da melhor solução de mercado para a oferta de Prestação de serviços laboratoriais especializados em Prótese Dentária, visando à confecção e entrega de próteses totais e/ou parciais removíveis aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Portalegre/RN, conforme diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, com a possibilidade de adoção da modalidade de credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. Equipe de Planejamento

Integrante Técnico			
Nome:	Temístocles Maia de Lucena		
Cargo:	Secretário Municipal		
Sector:	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento		
Matrícula:	584-2	E-mail:	semsabportalegre@gmail.com

Integrante Administrativo			
Nome:	Evamnuel Epifanio Soares		
Cargo:	Chefe do Setor de Compras		
Sector:	Secretaria de Saúde		
Matrícula:	780-1	E-mail:	semsabportalegre@gmail.com

Integrante Administrativo			
Nome:	José Alan da Silva Fernandes		
Cargo:	Diretor de Planejamento		
Sector:	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – Semarh		
Matrícula:	587-1	E-mail:	fernandesalanj@gmail.com

4. Justificativa da necessidade da contratação

Conforme o Documento de Formalização de Demanda, a presente contratação visa atender à necessidade contínua e comprovada de reabilitação oral por meio da confecção de próteses dentárias aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Portalegre/RN. O problema identificado é a inexistência de estrutura própria municipal para a produção em escala suficiente de próteses dentárias, o que gera tempo de espera prolongado para os pacientes e limita o acesso universal e igualitário ao serviço de reabilitação oral, previsto na Política Nacional de Saúde Bucal.

A ausência de meios diretos para oferecer esse tipo de atendimento compromete a integralidade das ações de saúde bucal na atenção básica e especializada. Além disso, os usuários — em sua maioria pessoas em situação de vulnerabilidade social — enfrentam dificuldades financeiras para buscar esse serviço na rede privada. Os principais atores envolvidos são: a Secretaria Municipal de Saúde, como área requisitante e responsável pela

coordenação das ações; os profissionais da equipe de saúde bucal das Unidades Básicas de Saúde, que encaminham e acompanham os casos; e os próprios usuários do SUS, diretamente beneficiados pelo serviço. Todos reconhecem a importância da continuidade e ampliação da oferta dessas próteses como parte integrante do cuidado em saúde bucal.

O interesse público a ser atendido é a efetivação do direito à saúde, assegurado constitucionalmente, por meio da ampliação do acesso à reabilitação protética, promovendo bem-estar, autoestima, melhora na mastigação, fala e qualidade de vida da população. O serviço já foi prestado anteriormente no município, com resultados concretos e altamente positivos, beneficiando diretamente dezenas de cidadãos que aguardavam pelas próteses, demonstrando sua eficácia e aceitação social.

A contratação permitirá a redução da demanda reprimida, a diminuição do tempo de espera dos pacientes, o fortalecimento da rede municipal de saúde e a otimização dos recursos públicos, uma vez que a solução se apresenta como custo-efetiva frente ao impacto social gerado. Portanto, a continuidade dessa política pública local de saúde bucal é não apenas necessária, mas urgente, justificando plenamente a contratação de solução adequada — como o credenciamento de laboratórios de prótese dentária — para garantir o atendimento digno à população.

5. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

A Prefeitura do Município de Portalegre/RN ainda não elaborou o Plano de Contratações Anual, haja vista a sua não obrigatoriedade, conforme disposto no inc. VII, do art. 12, da Lei 14.133/2021.

O instrumento de planejamento que vincula a gestão é a Lei Orçamentária. No caso, a demanda se encontra alinhada com a LOA.

6. Levantamento de mercado

Durante a criação deste Estudo Técnico Preliminar, foram realizadas consultas para análise das alternativas possíveis, visando levantar a capacidade de o mercado atender as demandas apresentadas por esta Administração.

Para resolver a demanda relacionada à confecção e entrega de próteses dentárias aos usuários do SUS no Município de Portalegre/RN, existem algumas alternativas disponíveis no mercado que podem ser analisadas à luz da viabilidade técnica, econômica, operacional e jurídica. Cada uma dessas alternativas apresenta vantagens e desvantagens que devem ser consideradas pela Administração Pública no momento de definir a solução mais adequada.

A primeira alternativa é a contratação direta de empresa especializada por meio de processo licitatório tradicional, como pregão eletrônico. Essa modalidade permite à Administração selecionar a proposta mais vantajosa dentre os licitantes, com base em critérios como menor preço por unidade de prótese. A principal vantagem dessa opção é a previsibilidade de custos, já que os valores unitários são previamente definidos no contrato. No entanto, a desvantagem é a rigidez contratual: qualquer nova demanda, variação de quantidades ou inclusão de novos fornecedores exige um novo processo licitatório, o que pode engessar a prestação do serviço e gerar descontinuidade no atendimento aos usuários do SUS.

A segunda alternativa é a realização de procedimento de credenciamento, previsto no art. 78 da Lei Federal nº 14.133/2021. Essa modalidade permite que a Administração habilite todos os laboratórios que atenderem aos requisitos técnicos e legais, sem caráter de exclusividade, e com possibilidade de contratação conforme a demanda surgir. A principal vantagem do credenciamento é a flexibilidade e agilidade, além de ampliar o acesso ao serviço, promover a concorrência contínua e permitir que novos prestadores ingressem a qualquer tempo, desde que atendam aos requisitos. A desvantagem, por outro lado, é a necessidade de controle rigoroso por parte da Administração para garantir o equilíbrio entre os credenciados, padronização da qualidade das próteses e

fiscalização da execução, além de possível variação nos custos totais, caso não haja teto estabelecido de forma estratégica.

Uma terceira possibilidade seria a criação ou ampliação de laboratório de prótese dentária próprio, dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Saúde. Esta solução conferiria autonomia total à Administração, possibilitando o controle direto sobre todo o processo de produção e entrega das próteses. Todavia, trata-se de uma alternativa de alto custo inicial, que envolve aquisição de equipamentos, contratação de pessoal especializado, manutenção técnica e capacitação permanente. Além disso, demanda tempo considerável para implantação, o que a torna inviável no curto prazo e inadequada para resolver a demanda atual da população.

Por fim, **uma quarta alternativa** seria a celebração de convênio ou termo de cooperação com instituições públicas que já possuam laboratórios de prótese dentária em funcionamento, como universidades ou consórcios intermunicipais. A vantagem seria o aproveitamento de estruturas já existentes, possivelmente com menor custo. Entretanto, a principal limitação dessa opção é a dependência de terceiros, o que pode gerar restrições de agenda, limitação de capacidade produtiva e entraves burocráticos para implementação local e continuidade dos atendimentos.

Diante desse cenário, observa-se que o **credenciamento de laboratórios de prótese dentária se apresenta, no momento, como a alternativa mais viável**, por aliar eficiência operacional, atendimento ágil da demanda, economicidade e respeito à legalidade, ao mesmo tempo em que oferece flexibilidade contratual e possibilidade de inserção contínua de novos prestadores, contribuindo para a ampliação do acesso e da qualidade dos serviços prestados à população de Portalegre/RN.

7. Resultados pretendidos com a contratação

A contratação da prestação de serviços laboratoriais para a confecção de próteses dentárias, por meio da possível adoção do credenciamento, visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade e racionalização da utilização dos recursos públicos. A solução proposta permitirá à Administração Municipal de Portalegre/RN atender com agilidade e efetividade a uma demanda crescente da população por reabilitação oral, sem a necessidade de investimentos elevados em estrutura física, equipamentos especializados ou pessoal técnico específico, como seria necessário na implantação de laboratório próprio.

Ao possibilitar que múltiplos prestadores sejam habilitados, se atenderem as condições habilitatórias, para atender à demanda conforme a necessidade real, evita-se o pagamento por serviços não utilizados e minimiza-se o risco de ociosidade contratual. Isso representa um uso inteligente e proporcional dos recursos financeiros disponíveis, com pagamento condicionado à efetiva entrega das próteses dentárias, garantindo assim o princípio da economicidade.

No que se refere ao aproveitamento dos recursos humanos, a estratégia permite que os profissionais da rede municipal de saúde bucal — cirurgiões-dentistas, técnicos em saúde bucal e agentes comunitários — concentrem-se em suas atividades assistenciais, como triagem, diagnóstico e acompanhamento clínico dos pacientes, sem que haja desvio de função ou sobrecarga com etapas técnicas de produção de próteses, que serão realizadas por especialistas laboratoriais externos.

Além disso, a contratação externa evita despesas com aquisição de insumos odontológicos específicos, manutenção de equipamentos de laboratório e treinamento de pessoal, transferindo esses encargos para os prestadores credenciados, o que representa um alívio significativo sobre o orçamento municipal e maior eficiência no emprego dos recursos materiais.

Portanto, a adoção dessa solução permitirá que o Município de Portalegre/RN atenda à população com qualidade, regularidade e menor custo operacional, sem comprometer a estrutura já existente da Secretaria Municipal de Saúde. Os recursos financeiros serão aplicados com precisão naquilo que de fato gera impacto direto na saúde e

na qualidade de vida do cidadão, com resultados positivos perceptíveis tanto para os usuários quanto para a gestão pública local.

8. Requisitos da contratação

Para a adequada prestação do serviço de confecção de próteses dentárias aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Portalegre/RN, serão exigidos requisitos técnicos, legais e operacionais compatíveis com a complexidade e a finalidade do objeto. Inicialmente, os laboratórios interessados deverão apresentar regularidade jurídica e fiscal, conforme determina a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como estar devidamente registrados no Conselho Regional de Odontologia (CRO), com responsabilidade técnica por profissional habilitado na área de prótese dentária.

Do ponto de vista técnico, será exigida a comprovação de capacidade operacional mínima para a produção e entrega de próteses totais e parciais removíveis, com observância das normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde, especialmente quanto à qualidade dos materiais utilizados, biossegurança, acabamento e funcionalidade das peças. Os laboratórios deverão possuir estrutura laboratorial própria, com equipamentos compatíveis, ambiente adequado e pessoal qualificado, incluindo técnico em prótese dentária com inscrição regular no CRO.

Os serviços deverão ser executados mediante requisição formal da Secretaria Municipal de Saúde, com base em prescrição clínica emitida por cirurgião-dentista da rede municipal, respeitando prazos previamente estabelecidos para entrega e critérios de aceitação técnica das próteses confeccionadas. A entrega das peças deverá ocorrer mediante protocolo, acompanhada de termo de responsabilidade técnica.

Além disso, os prestadores deverão se comprometer com o cumprimento das metas quantitativas e qualitativas que forem pactuadas, bem como com a participação em eventuais auditorias e avaliações promovidas pelo município, visando garantir a transparência e o controle social do serviço prestado. Também será requisito a apresentação periódica de relatórios de produção, com identificação dos pacientes atendidos, tipo de prótese confeccionada e datas de entrega.

Por fim, serão observados requisitos relacionados à economicidade e à adequação dos preços praticados, os quais deverão estar compatíveis com os valores de mercado e com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para o financiamento da Política Nacional de Saúde Bucal. Todos os requisitos serão detalhados no instrumento convocatório, de modo a assegurar a seleção de prestadores tecnicamente aptos e o alcance pleno do interesse público.

9. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Apesar de o procedimento adotado ser o de credenciamento, que por natureza não estabelece vínculo exclusivo com um único prestador e nem impõe obrigatoriedade de contratação de quantitativos mínimos, a Administração Pública deve, para fins de planejamento orçamentário e estimativa de impacto financeiro, apresentar uma previsão com base em parâmetros objetivos, especialmente quando há repasse específico de recursos vinculados à finalidade contratual.

No caso específico do Município de Portalegre/RN, o repasse atual destinado exclusivamente à produção de próteses dentárias, proveniente do Ministério da Saúde, é da ordem de R\$ 11.250,00 mensais, o que totaliza R\$ 135.000,00 ao ano. Conforme a portaria vigente do SUS que estabelece os valores de referência para a confecção de próteses dentárias, cada unidade tem o valor fixado em R\$ 225,00. A partir desses dados, é possível realizar uma estimativa técnica de produção mensal de 50 próteses, resultando em um total de 600 próteses anuais, com cobertura integral do valor repassado.

Essas 600 unidades estimadas são organizadas em quatro tipos distintos de próteses dentárias, observando os protocolos clínicos adotados na atenção especializada em saúde bucal: prótese total superior, prótese total inferior, prótese parcial removível superior e prótese parcial removível inferior. A previsão, com base no padrão de atendimento já consolidado nos últimos anos no município, é de que haja uma distribuição proporcional, estimando-se a produção de 150 unidades para cada um dos quatro tipos mencionados ao longo do exercício anual. Essa divisão assegura diversidade na oferta e compatibilidade com as necessidades clínicas dos usuários atendidos na rede municipal de saúde.

A base legal para a definição do orçamento é a Portaria GM/MS nº 1.924, de 17 de novembro de 2023, que alterou a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017. Essa normativa reajustou os valores dos incentivos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde para as Equipes de Saúde Bucal (eSB), Unidades Odontológicas Móveis (UOM), Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) e Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e da Política Nacional de Saúde Bucal.

Com o reajuste estabelecido pela Portaria GM/MS nº 1.924, de 17 de novembro de 2023, o valor estimado para cada prótese será baseado no valor de R\$ 225,00 cada, garantindo a correta aplicação dos recursos federais e assegurando a continuidade do serviço de reabilitação oral.

Importante destacar que tais números refletem a capacidade operacional estimada com base na disponibilidade financeira existente, considerando apenas os recursos transferidos de forma regular e vinculada ao Programa Brasil Sorridente. Em caso de ampliação da cobertura, liberação de novos recursos federais ou complementação com orçamento municipal, esses quantitativos poderão ser revistos, sempre respeitando os limites da capacidade instalada e da demanda real observada.

A estimativa aqui apresentada possibilita à Administração uma melhor organização logística, programação do fluxo de requisições, dimensionamento da rede credenciada e gestão do recurso público com responsabilidade. Ao mesmo tempo, mantém-se a flexibilidade típica do modelo de credenciamento, em que o pagamento será realizado somente pelas unidades efetivamente produzidas e entregues, garantindo aderência ao interesse público e ao princípio da economicidade.

Com isso, o Município de Portalegre/RN busca garantir um atendimento contínuo, regular e proporcional à demanda reprimida e à população ativa atendida pelo SUS, respeitando os parâmetros técnicos estabelecidos pelas normativas federais e assegurando a entrega de próteses dentárias de qualidade àqueles que mais necessitam, promovendo reabilitação oral, dignidade e qualidade de vida à população.

10. Descrição da Solução como um todo

A solução proposta visa atender à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Portalegre/RN no tocante à oferta contínua, gratuita e de qualidade de próteses dentárias aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente. Trata-se de uma solução integrada de reabilitação oral protética, cujo conjunto de elementos articula bens, serviços e estruturas administrativas para garantir a efetiva prestação do serviço. A seguir, descrevem-se os principais componentes que compõem a solução como um todo:

1. Credenciamento de laboratórios especializados em prótese dentária, com habilitação jurídica, sanitária e técnica, por meio de edital público, para atendimento conforme demanda e valores tabelados.
2. Serviço de confecção de próteses dentárias (totais e parciais, superiores e inferiores com base nas moldagens realizadas por cirurgiões-dentistas da rede municipal, obedecendo aos critérios clínicos e aos protocolos assistenciais estabelecidos pelo Ministério da Saúde).

3. Fornecimento de materiais e insumos odontológicos necessários para a produção das próteses, sob responsabilidade dos laboratórios credenciados, incluindo resinas acrílicas, dentes artificiais e demais componentes conforme o tipo de prótese.
4. Entrega das próteses finalizadas, com acabamento e polimento prontos para inserção em pacientes, acompanhadas de termo de responsabilidade técnica, ficha individualizada do usuário e protocolo de recebimento.
5. Controle de qualidade e padronização técnica, assegurados por exigência de profissionais registrados no Conselho Regional de Odontologia (CRO), observância às normas da ANVISA e fiscalização da equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde.
6. Gestão e monitoramento do fluxo de requisições, desde a prescrição clínica até a entrega da prótese, com base em sistema interno de regulação da Secretaria Municipal de Saúde.
7. Fiscalização dos serviços prestados e avaliação periódica da execução contratual, com visitas técnicas, conferência de documentação, verificação de conformidade e possibilidade de auditoria dos processos laboratoriais.
8. Pagamentos mensais conforme produção efetivamente entregue, com base em valores fixados por portaria do Ministério da Saúde (atualmente R\$ 225,00 por unidade), com recursos vinculados transferidos regularmente à municipalidade.
9. Treinamento e orientação das equipes de saúde bucal da atenção básica, visando padronizar os procedimentos de moldagem, requisição e inserção das próteses, otimizando o processo e garantindo a satisfação do usuário.
10. Acompanhamento clínico pós-entrega das próteses, realizado pelas equipes das Unidades Básicas de Saúde, garantindo a adaptação e readaptações necessárias, com possibilidade de retrabalho pelos laboratórios credenciados, sem custos adicionais ao município.
11. Organização de agenda e logística de atendimento ao usuário, de forma coordenada entre os serviços de saúde bucal e os laboratórios credenciados, evitando deslocamentos desnecessários, otimizando os prazos e garantindo a continuidade do cuidado.

11. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

12. Estimativa do valor da contratação

O **valor estimado preliminarmente**, levando em consideração as argumentações apresentadas no Item “9” deste Estudo Técnico Preliminar, será de **R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)**.

TABELA DE QUANTIDADES E VALORES:

Nº	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	07.01.07.013-7 - PROTESE TOTAL MAXILAR	150	R\$ 225,00	R\$ 33.750,00
2	07.01.07.012-9 - PROTESE TOTAL MANDIBULAR	150	R\$ 225,00	R\$ 33.750,00
3	07.01.07.009-9 - PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL	150	R\$ 225,00	R\$ 33.750,00



4	07.01.07.010-2 - PROTESE PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL	150	R\$ 225,00	R\$ 33.750,00
VALOR TOTAL:				R\$ 135.000,00

13. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

No presente estudo, será realizado o parcelamento da contratação, conforme o inc. II do art. 47 da Lei nº 14.133/21, onde os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

14. Contratações correlatas e/ou interdependentes

A implementação da presente solução é autossuficiente para o cumprimento de sua finalidade, não estando condicionada à contratação de outro objeto que lhe seja imprescindível, tampouco depende da realização de contratação complementar que a potencialize ou amplifique seus efeitos.

15. Descrição dos possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras

A contratação de serviços laboratoriais para a confecção de próteses dentárias, voltada ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Portalegre/RN, apresenta impactos socioambientais que, em sua maioria, podem ser considerados positivos no âmbito social, mas requerem atenção quanto a eventuais efeitos ambientais decorrentes do processo produtivo. Do ponto de vista social, a iniciativa contribui de forma significativa para a promoção da saúde bucal, inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade, ao garantir acesso gratuito à reabilitação oral. Essa política pública tem reflexos diretos na autoestima, na nutrição, na comunicação e na integração social dos beneficiários, especialmente os idosos e trabalhadores informais que não possuem acesso à odontologia especializada na rede privada.

Em relação aos impactos ambientais, trata-se de uma atividade de pequeno porte, com baixo potencial poluidor, mas que exige cuidados específicos, sobretudo no que diz respeito ao manejo dos resíduos sólidos gerados durante o processo de confecção das próteses. Dentre os impactos identificados estão a produção de resíduos como moldes de gesso, restos de resina acrílica, algodão, embalagens de insumos odontológicos e, eventualmente, materiais perfurocortantes ou contaminados. Além disso, há o consumo de recursos como energia elétrica e água nas atividades laboratoriais, bem como a possibilidade de descarte inadequado de refugos de peças recusadas por falhas técnicas.

Portanto, embora a contratação em questão não represente risco ambiental significativo, é dever da Administração Pública estabelecer parâmetros mínimos de responsabilidade ambiental aos prestadores, assegurando que a solução adotada, além de atender à finalidade social de promoção da saúde, seja conduzida com respeito aos princípios do desenvolvimento sustentável, em consonância com os artigos 5º e 6º da Lei nº 14.133/2021.

16. Conclusão

Em atenção ao inciso XIII, § 1, do art. 18, da Lei nº 14.133/2021, a Equipe de Planejamento signatária posiciona-se conclusivamente pela **adequação** da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Portalegre/RN, 11 de julho de 2025.



Evamnuel Epifanio Soares

Integrante Técnico

Matrícula: 780

Temístocles Maia de Lucena

Matrícula n.º 584-2

Ordenador de Despesas

José Alan da Silva Fernandes

Integrante Administrativo

Matrícula: 587-1